

Rádio é substantivo masculino.
Observações sobre a presença das mulheres no rádio do sul da Bahia¹

Eliana ALBUQUERQUE²
Rodrigo Bomfim OLIVEIRA³
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA

RESUMO

Com 12 emissoras comerciais instaladas apenas em Ilhéus e Itabuna, principais cidades do sul da Bahia, além das que operam somente via internet, as comunitárias e educativas, o mercado de trabalho para o crescente número de mulheres radialistas parece promissor. Mas será mesmo? Esse artigo busca discutir se houve/há a presença de mulheres nas emissoras regionais, como se deu essa presença e como está atualmente, quando aumenta a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho. Para tanto, realizamos pesquisa documental nas bases de dados das emissoras; da Delegacia Regional do Trabalho e Sindicato dos Radialistas de Ilhéus e Itabuna, além da escuta às/aos radialistas que trabalharam ao longo dos anos de existência do rádio regional. Dialogamos também com as reflexões sobre exclusão de gênero (BETTI; ZUCULOTTO, 2021) e interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002), com o que buscamos compreender melhor o quanto/porquê o rádio ainda é ambiente masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio; Gênero; Mulheres; Radialistas; Rádio regional.

Quando a Rádio Cultura foi inaugurada em Ilhéus, em 1949, o rádio já se configurava como um dos principais meios para ampla comunicação com as populações do país. Mas, embora a região estivesse, nessa época, entre as mais avançadas da Bahia do ponto de vista econômico e cultural, dicotomicamente, ainda engatinhava em relação aos meios massivos. Assim, os municípios que detinham a maior parte da riqueza produzida pela lavoura cacaueteira para a Bahia e que produziam escritores como Jorge Amado, Sosígenes Costa e Adonias Filho; intelectuais como o geógrafo Milton Santos e o teatrólogo Mário Gusmão, entre outros, estava muito atrasada se comparada a outros

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídias Sonoras, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Pesquisadora do Observatório da Comunicação e Culturas Contemporâneas (GOCC), CNPQ/UESC. Email: ecalbuquerque@uesc.br

³ Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Pesquisador do Observatório da Comunicação e Culturas Contemporâneas (GOCC), CNPQ/UESC. Email: rboliveira@uesc.br

locais menos prósperos do mesmo Estado. Inclusive, vale destacar, no que se refere ao acesso das mulheres aos meios de produção e ao trabalho radiofônico. Não porque elas não existissem, mas porque não foram devidamente valorizadas e reconhecidas.

Entre 1949 e 1960, diversas emissoras surgiram rapidamente, transformando Ilhéus e Itabuna (principais municípios regionais) em importantes polos aglutinadores de rádio, que passa a ser o principal meio de comunicação com as pessoas situadas nas vastas zonas rurais. Ao final de uma década, já haviam oito emissoras organizadas nas duas cidades, sendo que a maior parte delas permanece funcionando ainda hoje. Outras se organizaram na sequencia temporal (ALBUQUERQUE, 2014).

Podemos afirmar que a chegada do rádio foi movida, inicialmente, pelos interesses dos coronéis do cacau, que viram no meio uma forma rápida, eficiente e barata de se comunicarem com a população que, embalada pelo sonho de enriquecer nas fazendas, nelas vivia (AQUINO, 2000). Além disso, por ser um meio de fácil acesso, especialmente para aqueles que não tinham sido alfabetizados ainda, ajudava no controle social e político dessas localidades, o que muito interessava aos coronéis e seus prepostos. Desse modo, o rádio regional surge como instrumento de poder e dominação e, logo, um lugar exclusivamente masculino (NOGUEIRA, 2007). Vale ressaltar que a autora está falando a respeito da década de 1950 e não da década de 1910. Ou seja, se o país vivia atrasado, o quadro local era bem pior. Concentrando todo o poder nas mãos masculinas cabiam às mulheres cuidar da casa e filhos e obedecerem aos maridos, pais e irmãos, além dos patrões destes. Um sem fim de submissões que só começam a se romper tardiamente, com o fim do coronelismo e o acesso à educação, a partir dos anos 90, quando o cacau entrou fortemente em declínio e a praga conhecida como “vassoura de bruxa” obrigou os trabalhadores rurais e seus patrões a buscarem novas alternativas de vida.

As cidades se encheram, surgiram novos bairros e negócios. A educação, antes inacessível para a maioria, tornou-se possível e incentivada pelo governo. Foi fundada a primeira universidade regional, a Estadual de Santa Cruz (UESC) e os jovens começam a ingressar em cursos superiores. Mudou o cenário rural que, por sua vez, mudou o cenário urbano e vice-versa (OLIVEIRA et.all, 2008). E o rádio seguiu o fluxo.

Na década de 1990, foram fundadas as primeiras emissoras de FM e de televisão na região, dando uma alavancada na comunicação regional e tornando este o segundo maior polo de rádio e televisão da Bahia, só ficando atrás da capital, Salvador. Somente no eixo Ilhéus-Itabuna, são doze emissoras de rádio e três de televisão comercial, sem

contar aquelas que operam apenas na internet de forma regular e com conteúdos variados. Em geral, essas emissoras, assim como em outros lugares do país, nasceram vinculadas a políticos e, agora, mais recentemente, também a grupos religiosos (ALBUQUERQUE, 2014). Mesmo assim, constituíram-se em importante mercado de trabalho para centenas de radialistas e jornalistas ao longo dos anos. Tanto assim que a Universidade Estadual de Santa Cruz teve aprovada a criação do seu curso de Comunicação com a habilitação em Rádio e TV - agora também, recentemente, incorporando a dimensão da Internet. Com pouco mais de vinte anos de existência, o curso de Comunicação da UESC forma em média 20 profissionais por ano (informação verbal fornecida pelo Colegiado de Comunicação), sendo a maioria mulheres.

Onde estão as radialistas?

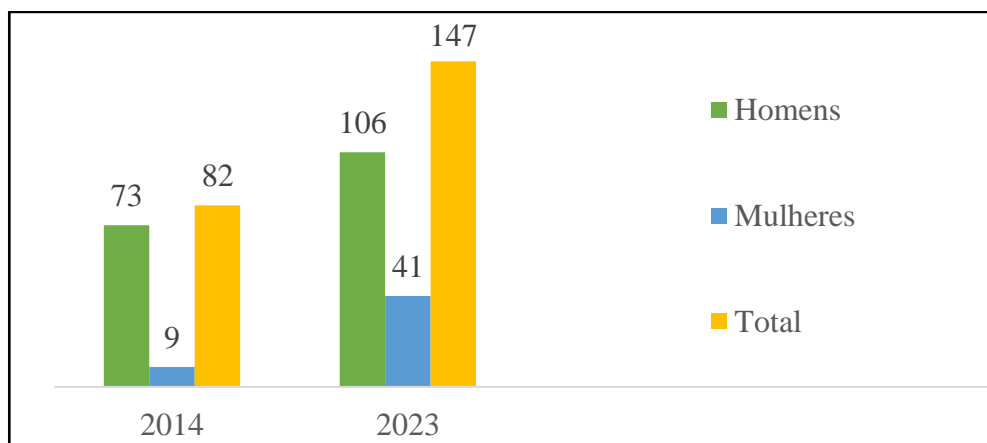
Em dados fornecidos pela DRT-Ba e pelo Sindicato dos Radialistas de Ilhéus no ano de 2014, observamos que a categoria estava formada por 82 profissionais registrados sendo apenas 9 mulheres (ALBUQUERQUE, 2014). Com dados atualizados em 2023 através das mesmas fontes, nota-se uma pequena alteração. Hoje são 147 profissionais registrados, sendo 41 mulheres. Podemos supor que esse aumento na quantidade de registros profissionais vem de pessoas graduadas da UESC, mas também de outros cursos que supostamente formam radialistas e são organizados eventualmente nas demais cidades regionais sem qualquer tipo de fiscalização sobre conteúdo e metodologia (informação verbal de Elias Reis, ex presidente Sindicato dos Radialistas de Ilhéus).

Essas constatações nos levaram a querer saber se/onde esses profissionais estão trabalhando, já que o mercado convencional (emissoras comerciais do rádio) parece não ter como absorvê-los em tal quantidade. Mais ainda, para este artigo, nos interessou saber onde estão essas mulheres radialistas: se nas emissoras, em quais suas funções e em que condições de trabalho e salário frente aos colegas homens.

Em busca de tais respostas, inicialmente foi feito um levantamento sobre a mão de obra feminina empregada em cada uma das 12 emissoras comerciais, apurando em que setor trabalham, que funções desempenham e em que faixa salarial estão. Para tanto, foram feitas visitas exploratórias em cada uma dessas emissoras, com pesquisa em documentos administrativos referentes a pessoal contratado e demitido desde a fundação de cada emissora. Muita coisa se perdeu. Nestes casos, quando que não achamos

documentos, usamos recursos da recomposição da história via oralidade, conversando com os empregados mais velhos e radialistas que haviam trabalhado nessas emissoras ao longo dos anos de suas existências. Também consultamos dados do Sindicato dos Radialistas e da DRT-BA. Nesse percurso, percebemos que mais de 10% da categoria morreu durante a pandemia de Covid-19 ou na sequência dela. Mesmo assim, de 2014 para 2023, os registros de radialistas aumentaram para quase o dobro, enquanto o número de mulheres na categoria cresceu quase cinco vezes mais, passando de apenas nove, em 2014, para quarenta e uma, em 2023. Isso, porém, não significa que estas pessoas estejam atuando na área, mas sim – e apenas - que obtiveram o registro profissional, como veremos adiante. Também não significa que todos que estão atuando nas redações tenham o registro, a pesar do sindicato pressionar nessa direção.

Figura 1. Registros de radialistas emitidos em Ilhéus e Itabuna entre 2014 e 2023

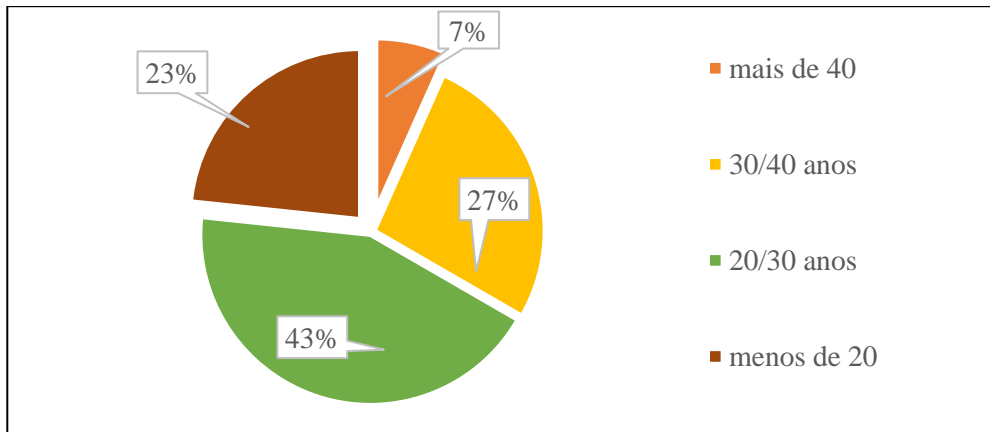


Fonte: DRT-BA

Com esse número tratamos de entrevistar os/as radialistas, conseguindo ouvir trinta deles/as que estão em exercício profissional nas emissoras. Isso foi feito através de visitas às redações ou com entrevistas marcadas em outros locais. Entre eles e elas, dois possuem mais de quarenta anos de carreira (8%); oito têm mais de trinta anos de carreira (33%), treze com mais de vinte anos de carreira (54%) e sete com menos de vinte anos na profissão (5%). Articulando suas narrativas com os dados da DRT (adiante) e contatos via internet com outras (também adiante), conseguimos ter um apanhado geral para chegarmos aos resultados aqui pretendidos.

Um aspecto que merece observação é o fato de a categoria estar envelhecendo rapidamente e que há pouca renovação (especialmente se pensarmos que há uma quantidade razoável de formandos por ano na UESC). Vejamos:

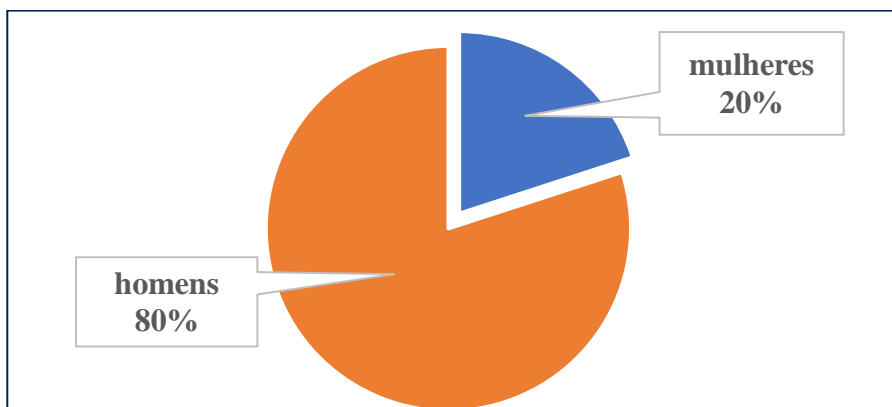
Figura 2. Tempo de profissão dos entrevistados



Fonte: pesquisa

Outro aspecto que aqui nos interessa é que entre as trinta pessoas entrevistadas, apesar de haver a alternativa de gênero trans, nenhuma pessoa se identificou como tal. Do total, apenas seis são mulheres, sendo que quatro atuam na produção de informações e outras duas trabalham no administrativo ou serviços gerais. Em outras palavras, apenas quatro delas exercem função específica de produção de informação.

Figura 3. Gênero autodeclarado dos entrevistados



Fonte: pesquisa

Vale destacar que encontramos três outras mulheres em estúdios, fazendo atendimento a ouvintes e outros serviços, mas não as computamos aqui porque são estagiárias de primeiro emprego e, logo, não são radialistas, embora estivessem fazendo o papel destes em muitas vezes. Notamos que essa é uma prática recorrente nos programas: contratar estagiários e colocá-los para executar funções de radialista, o que faz com que se precarize ainda mais a profissão.

Ressaltamos que todas as estagiárias são jovens em idade escolar e, embora estando ali legalmente contratadas para ganhar uma bolsa de setecentos reais, estão efetivamente fazendo o trabalho daquelas profissionais que, por falta de emprego, abandonam a profissão. Isso cria o caos em qualquer categoria.

Das seis mulheres encontradas e entrevistadas, todas são responsáveis pelo sustento de suas famílias; duas têm filhos e apenas uma se auto identifica como branca. As demais se reconhecem como negras ou pardas (4) e indígena (1). Isso ilustra como é a formação étnica das populações locais.

Indagadas sobre salários, apenas as de serviços gerais afirmaram ganhar igual aos homens que executam a mesma função (um salário mínimos com os descontos legais, acrescido do vale transporte). As demais, disseram não saber se há diferença salarial entre elas e os colegas homens, mas que ganham entre um e dois salários mínimos (com descontos legais mais o vale transporte e o vale alimentação, o que chega perto de dois salários e meio). Ou seja, muito pouco. Reconhecem isso, especialmente porque executam o mesmo trabalho que eles ou ainda mais.

Fomos checar com os homens. Apesar dos salários também ainda serem baixos, estão acima dos que são pagos às mulheres. Todos os radialistas entrevistados ganham mais de 2,5 salários mínimos, ao contrário das mulheres, que só chegam a isso.

Após esses dados, nos detivemos em tentar mapear, através de listas fornecidas pela DRT-BA, as quarenta e uma mulheres que possuem registro de radialistas para saber quantas estão trabalhando na área, ainda que não seja na região. Dessas, vinte e duas foram identificadas como egressas da UESC e dezenove estão na categoria porque obtiveram registro de outra forma.

Fazendo o cruzamento desses dados com os anteriores, percebemos que nenhuma das egressas da UESC está em emissoras de rádio. As seis radialistas encontradas nas emissoras são egressas de cursos de: jornalismo da FTC (uma) e da UNIME (outra); de administração na Faculdade Madre Thais de Ilhéus (uma) e sem graduação (mais uma).

As outras funcionárias foram registradas como radialistas por estarem trabalhando na emissora há mais de vinte anos, mas não possuem formação acadêmica nem produzem conteúdos. São aquelas que executam trabalhos de escritório e serviços gerais, ganhando salários irrisórios, o que também precariza a profissão na qual estão registradas.

Entramos em contato com as vinte e duas egressas do curso de R/TV da UESC nos últimos dez anos que possuem registro na DRT para saber se atuaram no rádio regional e por quanto tempo. Todas foram contactadas via internet (e-mail, Instagram e whatsapp) ou telefone, mas apenas quatro responderam a tempo: nenhuma delas está em emissora de rádio, mas três trabalham em locais (faculdades, sites, blogs ou assessorias), onde fazem produtos radiofônicos eventualmente.

Todas que responderam tiraram o registro logo que se graduaram, mas somente uma atuou em alguma emissora e, assim mesmo, por apenas três meses. Conforme explicou é difícil se ajustar aos “modelos locais de exploração, onde querem nos pagar menos que o salário mínimo para fazer o mesmo trabalho dos outros” (informação verbal de Daniela Santos, egressa do curso de RTV-UESC). A segunda radialista respondeu que está trabalhando numa clínica de estética para garantir a sobrevivência e as outras duas estão dando aulas em universidades na região ou fora dela, optando pela carreira de docente.

De qualquer forma, as (poucas) respostas obtidas até agora trazem pistas importantes para responder a algumas das inquietações centrais deste artigo e apontam para a necessidade de se discutir de maneira mais aprofundada as questões que implicam na presença (ou ausência) das mulheres nas emissoras de rádio, os problemas que enfrentam no dia a dia do trabalho e outros afins que são exclusivos das radialistas.

Cabe ressaltar que nosso interesse aqui foi focado nas radialistas atuando nas emissoras comerciais de rádio. Outras atuam em emissoras alternativas, na web ou educativa e comunitárias, mas não foram observadas ainda porque esse trabalho é um pequeno recorte de pesquisa maior, em andamento, que busca resgatar o papel das mulheres no rádio e também contar a história de cada uma delas.

Na medida em que começamos a levantar essas histórias de vida e profissão, que começamos a conhecer cada uma que esteve ou está no rádio regional, percebemos que estamos descobrindo histórias surpreendentes.

Florentina Jerimum (ou Maria de Lurdes Cirino)

A formação social do Sul da Bahia foi permeada pelas contradições. De um lado, a região foi habituada à (outrora) riqueza abundante e aos exageros e exorbitâncias patrocinadas pela lavoura cacaueteira até a década de 80. Na outra margem – e a margem disso tudo – milhares de pessoas tentavam acesso ao mínimo necessário para uma vida razoavelmente digna, com educação, moradia e, pelo menos, saúde. Até início da década de 90, muitos moravam nas cidades, mas a maioria ainda morava em zonas rurais. É nesse caldo estranho, de crescimento e atraso, que surge o primeiro nome feminino influente no rádio regional, no início da década de 60: a Florentina Jerimum.

Maria de Lourdes Cirino, nesta época, era uma jovem adolescente negra, de família pobre e formação religiosa, que precisava estudar, cuidar da casa (e dos irmãos) e se preparar para casar e ter filhos, sina semelhante à da maioria das meninas de sua idade. Mas, com bela voz e paixão pelo rádio – que estava começando a ser popular na região - estava determinada a fazer o que queria, apesar do pai proibitivo. E Florentina Jerimum foi a forma encontrada para poder exercer sua vocação e tornar realidade o sonho de cantar e poder apresentar um programa de rádio inteirinho seu. Ela conta:

Eu cantava na igreja e tinha uma voz boa, que o pessoal dizia parecer de artista, além de uma comichão que subia em mim quando ouvia o rádio tocando. Aquilo era lindo, lindo e eu queria saber mais sobre aquele equipamento que falava e que todo mundo estava falando dele. O rádio era um acontecimento. Acho que igual ao que hoje é essa meninada com os computadores e celulares. Eu ficava horas e horas escutando pela janela de casa os autofalantes, espalhados em Itabuna, tocando músicas e notícias da Rádio Difusora, que tinha entrado no ar. Um dia disse a meu pai que ia ser cantora de rádio e ele quase desmaia. Ficou danado! Me proibiu logo de sair, a não ser pra escola e pra igreja. Foi nessas idas e vindas que ela um dia entrei na Rádio Difusora e Titio Brandão, que era um locutor que estava lá, me disse pra cantar. Eu cantei, né? E ele gostou muito! Me chamou pra cantar outros dias. Eu disse que ia, mas que ele não podia contar ao meu pai senão ele me matava. Por muito tempo, cantei na emissora, em programas gravados e com vários nomes de mentira que eu inventava e que ninguém sabia que era eu. Ninguém não! Minha mãe sabia. E era ela que me ajudava a escapar para cantar (informação verbal).⁴

⁴ Informação verbal fornecida por Maria de Lourdes Cirino, em entrevista concedida a Eliana Albuquerque, em 2014.

Assim ela noivou, casou e virou mãe. A filha cresceu. O segredo continuou porque o marido também proibiu que ela trabalhasse fora de casa. Até que um dia, surgiu a chance de estrear um programa próprio. Mas, como fazer isso sem eles (pai e marido) descobrirem? Foi assim que, com uma boa rede de apoio para guardar segredos e formada exclusivamente por mulheres da família (mãe, irmãs, primas e filha), a pacata dona de casa de Itabuna, tornou-se “Florentina Jerimum”, a primeira presença feminina líder de audiência no rádio desta cidade. Gravava ou fazia os programas ao vivo na hora em que dava: na ida ao mercadinho, à padaria, à farmácia ou quando ia buscar a filha na escola. Mas não saía do rádio.

A personagem – que se autodefinia como uma “cabocla retada que não tem medo de cara feia” (idem) – foi criada para driblar a censura que a família exercia sobre ela que, por ser mulher, era impedida de “aparecer no rádio” (idem). No imaginário construído através dos programas, Florentina era uma mulher pouco convencional, forte, que veste roupas coloridas e alegres, tinha uma voz potente e vocabulário irreverente para dar receitas caseiras à base de plantas, incentivar alimentação natural, reclamar das condições de vida do homem do campo, indicar músicas, dar recados dos ouvintes e comentar situações diversas, entre outros.

O detalhe é que seu programa não tinha roteiro e, logo, não obedecia a um formato específico, trilhando por caminhos que só ela sabia onde ia dar. No percurso, incorporava inúmeros elementos como a rapidez, a falta de padrão na atuação, as linguagens irreverentes, o tipo físico que criava na imagem mental do ouvinte, os temas escolhidos, entre outros, que faziam com que as pessoas se identificassem com ela. Afinal, como já dito, essa é uma região mestiça, cabocla e multifacetada, como tantas. Os ouvintes se reconhecem nela e, conseqüentemente, se sentem parte da vida dela, tanto quanto acham que ela é parte da vida deles. Daí o sucesso rápido e permanente.

Tornou-se líder de audiência e seus programas adquiriram um sentido próprio ao serem intensos canais de comunicação – espécie de correio vivo – entre as pessoas do campo e da cidade, fazendo a intermediação dos diálogos entre distantes: recados que avisam de parentes e visitas que vão chegar ou morreram, nascimentos de pessoas e animais; anunciando casamentos, batizados e doenças; avisando os horários de coletivos, do funcionamento de bancos e escolas, do movimento do comércio; informando o alagamento de estradas e os acidentes, entre outros assuntos. Serviam também – assim como outros programas do rádio regional – como caminho para se solucionar problemas

pessoais (como a compra de um remédio ou a conquista de uma vaga em hospital, por exemplo) ou coletivos (como a falta de luz ou a existência de buracos em determinado local).

O detalhe: a radialista se aposentou depois de 60 anos no rádio, ficou viúva e o marido nunca soube dessa sua profissão. Nos dias atuais, Maria de Lurdes Cirino, que permanece lúcida e cantando seus boleros para os netos e bisnetos, é a lembrança mais viva do quanto uma mulher precisa lutar para ter o direito de ser quem é. Mas também é a certeza de que ela consegue. É a feição do rádio regional que, com mais de 70 anos de vida, ainda não valoriza nem lembra daquelas que fizeram e fazem sua história.

Interseccionalidades

Ao observarmos a história de Maria de Lurdes Cirino e os (ainda poucos) depoimentos obtidos de mulheres radialistas, cabe pensar em como o comportamento social, profissional, os desejos e atuações de vida das mulheres são cerceados por uma estrutura patriarcal e dominadora, inclusive no rádio. Como profissional, dona de casa (aqui entendido como quem faz o serviço doméstico sem remuneração), mãe e outras multitarefas nem sempre desejadas, a mulher está sujeita a diferentes eixos de subordinação, que produzem uma multiplicidade de formas de ser e se compreender como pessoa no mundo contemporâneo.

Kimberlé Crenshaw (2002, p.177) explica que o conceito de interseccionalidade objetiva “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” onde “sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

O conceito surge da crítica do feminismo afro-estadunidense “às leis antidiscriminação subscritas para as vítimas do racismo patriarcal (AKOTIRENE, 2019, p.18). Como intelectual e ativista negra, Crenshaw inicia a discussão que, após a Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquista o ambiente acadêmico. Como explica Carla Akotirene (2019, p.19) “há uma inseparabilidade estrutural do capitalismo e do cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são, repetidas vezes, atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

A autora, em discussão com os conceitos de Crenshaw, destaca que as pessoas têm várias identidades sociais simultaneamente, como raça, gênero, classe social, sexualidade, religião, deficiência, nacionalidade, entre outras. Essas identidades não são independentes, mas sim interseccionam-se, influenciando-se mutuamente para moldar a experiência de vida e as oportunidades disponíveis para cada indivíduo. Como na metáfora das vias e avenidas: as vias seriam os vários eixos de poder (raça, etnia, gênero, classe sociais) que constituem as avenidas, “que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” (CRENSHAW, 2002, p.177). Desse modo, as mulheres racializadas estão muitas vezes no meio desses cruzamentos, ficando sujeitas a ser posicionadas: “nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas” e, por isso terminam por “negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos” (idem).

O reconhecimento crescente de que as relações políticas e outras relações desiguais de poder estão implicadas nas teorias do conhecimento, ganha uma centralidade necessária em análises mais recentes, que consideram fundamental explorar “outras” categorias de diferenciação social como “marcas” a serem contempladas na análise de contextos específicos (PISCITELLI, 2008). Porém, como a autora citada corrobora, a questão não se resolve simplesmente adicionando as diversas formas de opressão na configuração da condição social das relações, mas sim, percebendo a interconexão entre as desigualdades. Ou seja, pensando de modo interseccional.

Os conceitos aqui nos interessam porque, ao observarmos o apagamento das histórias de figuras femininas que contribuíram para o desenvolvimento do rádio regional, como Florentina Jerimun/Maria de Lurdes Cirino, constatamos que também se apaga o conhecimento produzido por elas, como defendem Betti e Zuculoto (2021). E também se reafirma que o rádio é lugar para os homens, ainda que muitas mulheres sejam produtoras, redatoras, operadoras e âncoras em programas sonoros de vários tipos.

As autoras entendem que, para irmos além da invisibilização das mulheres, precisamos interpretar os cenários a partir de diferentes formas de investigação, capazes de contemplar todas as suas dimensões, ou seja, de modo interseccional. Defendem que, quando lançamos o olhar e a atenção para as questões que implicam na desvalorização do trabalho feminino (especialmente através da baixa remuneração e da falta de reconhecimento) precisamos fazê-lo de modo a contemplar todas as vertentes dessa desvalorização (ou subvalorização), o que passa por questionar as estruturas de hierarquia e poder que os mantêm.

Ao observarmos a história de Florentina/Maria de Lurdes, ficam visíveis algumas dessas marcas: trata-se de uma mulher negra, de família empobrecida, que reproduz conceitos religiosos e opressores sobre as mulheres - a quem cabe cuidar (da casa, dos filhos, do marido) - enquanto o pai/marido/provedor vai para o trabalho e, logo, para o mundo, para a vida real.

Curioso é observar, neste caso, a rede de apoio que se forma entre as mulheres para que uma delas se realize profissionalmente. Mesmo, a princípio, a família sendo contra a mentira e a enganação, elas se prestam a isso para defender o direito de uma delas. E agem. Aqui vimos três gerações de mulheres que se organizaram para fazer funcionar o sonho de uma delas que era trabalhar em rádio. Mas porque essa história não foi valorizada e contada? Porque a região a ignora quase que totalmente?

A resposta, na nossa opinião, está ao longo do texto: numa região marcada pelo coronelismo, que reduziu por décadas a importância da figura feminina, limitando-a à reprodução, ao prazer e à posse de algum coronel (como o cacau, a cana de açúcar ou o gado), a quem interessa contar a história de uma mulher negra, empobrecida e apaixonada pelo rádio? Aqui estamos nós para isso!

Considerações finais:

Como já informado antes, este artigo é a primeira escrita, ainda preliminar, sobre um tema que há muito vem nos interessando: o papel das mulheres no rádio regional e as contribuições que cada uma delas (a maioria ignoradas e esquecidas) nos deu para que chegássemos até aqui com o maior conglomerado regional de emissoras de rádio funcionando regularmente - e há mais de setenta anos - no interior na Bahia. O sul da Bahia só fica atrás da capital, Salvador, nesse item.

Nos interessou descobrir aqui - como parte de uma pesquisa maior e em andamento - quantas mulheres estão na categoria dos radialistas atualmente, fazendo um comparativo com dados obtidos em 2014 e, portanto, há quase 10 anos. Procuramos pontuar o que elas fazem no rádio; como sustentam suas famílias; quanto ganham e o que pensam sobre o rádio como forma de sobrevivência. Também questionamos sobre as relações com os colegas homens e os preconceitos existentes ou não.

A maioria delas ganha mal (de um a dois salários mínimos); não sabem quanto os homens radialistas recebem, mas executam tarefas iguais ou maiores que estes, embora com a mesma carga horária de trabalho; não se sentem discriminadas pelo público ou

pelos colegas pelo fato de serem mulheres. Todas elas são mantenedoras de suas famílias e estão no rádio há muitos anos, mais por satisfação pessoal que pelo salário.

Sobre aquelas que têm registro profissional, mas não atuam na profissão, a causa disso mais notada é a falta de vagas ou de remuneração adequada para quem tem curso superior (a maioria), o que faz com que busquem outras alternativas profissionais dentro da Comunicação ou outras áreas. Ou seja, o rádio sai perdendo.

Para concluir, os resultados apontam para a necessidade ainda maior de prosseguirmos com a pesquisa e discutirmos mais firmemente a presença (ou ausência) das mulheres nas emissoras de rádio, os problemas que enfrentam no dia a dia do trabalho e outros que são exclusivos delas. Na medida em que começamos a levantar essas histórias de vida e profissão, que começamos a conhecer cada uma delas que esteve ou está no rádio regional, fica claro que estamos frente a relatos surpreendentes. Florentina Jerimum é uma delas, mas quantas outras existem? Vamos descobrir!

Referências:

AKOTIRENE, Carla. **Interccionalidades**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019

ALBUQUERQUE, Eliana. **Entre o global e o local: rádio e identidades culturais no sul da Bahia**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14833>, acessado em 12/5/2023.

AQUINO, Ramiro. **De Tabocas a Itabuna: 100 anos de imprensa**. Ilhéus: Ed. Agora, 2000.

BETTI, Juliana Gobbi; ZUCULOTO, Valci. **A história (das mulheres) do rádio no Brasil - uma proposta de revisão do relato histórico**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 13, 2021, Juiz de Fora (MG), Brasil. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Alcar, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, n.1, p. 171-188, 2002.

NOGUEIRA, Silvia G. **As rádios, os políticos e a política: uma relação íntima no interior baiano**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo, v.30, n.2, p. 123-147, jul./dez. 2007

OLIVEIRA, Abel D. de; OLIVEIRA, Pedro de A.; ALBUQUERQUE, Eliana C.P.T. de. **A mídia dos pobres: o rádio e a formação de opinião das populações de baixa renda – estudo de caso no sul da Bahia**. In: CR-ROM do VI Congresso Nacional de História da Mídia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, p.263-274, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5247>>. Acesso em: 19 jul. 2023.